UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

DARA FERREIRA CONCEIÇÃO

A DANÇA AFRO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2025

DARA FERREIRA CONCEIÇÃO

A DANÇA AFRO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ismael Tcham.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

DARA FERREIRA CONCEIÇÃO

A DANÇA AFRO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em: 18/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ismael Tcham (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Salvio Fernandes do Melo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.ª Dr.ª Eliane Costa Santos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço à espiritualidade, que me fortaleceu e me sustentou nos momentos difíceis, permitindo que eu não abandonasse os meus sonhos. À minha família, por todo o apoio e presença constante ao longo da minha trajetória universitária.

Aos meus filhos, Aram Conceição, Indra Taiô e Dario Conceição, agradeço profundamente pela compreensão diante da minha ausência em alguns momentos, e por serem minha motivação diária. Aos meus amigos e amigas, sou grata por acreditarem no meu trabalho e se solidarizarem, oferecendo apoio material e emocional durante o processo de escrita.

Ao meu pai, Jorge Conceição *in memoriam,* minha eterna inspiração e parte essencial deste projeto. À minha avó, Maria de Lourdes *in memoriam*, minha grande mentora nesta vida, deixo minha mais profunda gratidão e reverência.

Agradeço também ao professor e orientador Ismael Tcham, por aceitar meu convite e generosamente compartilhar seus conhecimentos e orientações ao longo deste percurso.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	6
2	**PROBLEMATIZAÇÃO**	8
3	**OBJETIVOS**	11
3.1	GERAL	11
3.2	ESPECÍFICOS	11
4	**HIPÓTESE**	11
5	**JUSTIFICATIVA**	11
6	**REFERENCIAL TEÓRICO**	13
7	**METODOLOGIA**	15
8	**CRONOGRAMA**	17
	REFERÊNCIAS	18

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade discutir sobre a prática da dança afro como veículo de transformação social dentro das instituições de ensino, através das políticas de ações afirmativas adotadas no Brasil de forma coerente no início dos anos 2000, logo após a Conferência de Durban, na África do Sul em 2001.

As políticas de ações afirmativas quase sempre foram consubstanciadas nas ações efetivas de reparação das injustiças históricas, promovendo estratégias políticas de igualdade das oportunidades na educação formal, na promoção de expressões culturais e no mercado de trabalho. Nesta senda de implementação de ações reparatórias que elegemos a dança afro como uma maneira de expressar a cultura, a identidade e resistência no contexto afro brasileiro. Uma vez que, a dança afro sempre carregou e carrega marcas de ancestralidade e saberes africanos. Assim, munida de interesse em promover esses ensinamentos ancestrais, junto à comunidade escolar, o presente estudo proposto visa também valorizar a cultura afro-brasileira através da dança entre alunas e alunos de séries iniciais da escola de 1° grau Cosme de Farias, no bairro, Cosme de Farias, em Salvador/BA.

Esse trabalho propõe, observar a dança afro como meio de transformação social, nas instituições de ensino, apontando sua contribuição na valorização da cultura, do combate ao racismo estrutural e na estratégia de uma educação mais integrativa. No momento em que inserimos a dança afro no ambiente escolar, proporcionamos debates e reflexões sobre ancestralidade, pertencimento e identidade que vai para além de uma movimentação artística. Portanto, não se limita apenas a uma tradição popular ou folclórica no contexto afro brasileiro, mas a uma história de luta e resistência do povo negro, possibilitando a conscientização e valorização e o respeito à diversidade cultural por meio da inclusão e reconhecimento das manifestações culturais nas suas diferentes formas de se expressar.

A realização do presente projeto, pode ajudar a aprofundar a nossa compreensão de que maneira a prática dançante pode acrescentar nas mudanças sociais, dentro do ambiente educacional. Importante destacar a promulgação das leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 que ampliam a exigência das narrativas africanas, indígenas e brasileiras no currículo escolar, tornando obrigatório sua historicidade e cultura dentro do ensino básico. Pois sabemos que durante os processos tanto de escravização assim como de colonização houveram tentativas de apagamento das crenças, culturas, línguas e práticas tradicionais desses povos marginalizados:

> Sobre a inclusão da História da África, as demandas eram no sentido de valorizar uma população que, no seu local de origem, era dotada de cultura e valores que foram desmantelados com o processo de escravização, perdendo assim vínculos com seus povos, família, língua, tradições religiosas e aspectos da cultura de cada grupo ou nação (Silva Jr, 2002, p. 39).

É através da dança que podemos debater sobre a injustiça social, o racismo estrutural, sensibilizar o público além de levar o debate político para o corpo em cena. Através da movimentação corporal que muitos grupos de dança afro têm trazido suas mensagens, denunciando a violência social, expressando suas insatisfações, resgatando a ancestralidade propondo novas formas de se relacionar com mundo.

Importante o destaque das narrativas anti-hegemônica dentro das instituições de ensino, junto às políticas de ações afirmativas, para que venha promover a valorização da diversidade cultural, incluindo dentro do debate de inclusão social o resgate e reconhecimentos de saberes que foram historicamente marginalizados, visto que a comunidade negra brasileira vem enfrentando diversas dificuldades com a desvalorização de suas práticas. Portanto, descolonizar os corpos enraizados de couraça do colonialismo é fundamento importante para pensar uma educação de qualidade, pautada no respeito à diversidade e à interculturalidade. Esse trabalho, no entanto, não se limita somente a dança ou movimentação corporal, mas exige uma construção epistemológica e afetiva dos espaços educacionais propondo o corpo negro como um sujeito detentor de suas histórias, sem que sua existência seja diminuída ou invisibilizada pelos estereótipos da pedagogia colonizadora.

Como avisa Grada Kilomba, (2019, p. 33): “A máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?’”

Para nutrir os conteúdos das leis 10.639/03 e 11.645/08, é preciso ressignificar a folclorização da dança afro, excluir essa visão reducionista, que coloca a arte educação como uma manifestação recreativa ou de apenas entretenimento, e reconhecer como expressão ancestral de identidade dos povos negros. Antônio Bispo dos Santos (o Nêgo Bispo)[1], mostra em seu poema que mesmo diante das violências do colonialismo, devemos reafirmar nossa continuidade ancestral.

> Mesmo que queimem a escrita
> Não queimarão a oralidade.

[1] BISPO DOS SANTOS, Antônio (Nêgo Bispo). *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCT/UnB, 2015, p. 45.

> Mesmo que queimem os símbolos,
> Não queimarão os significados.
> Mesmo queimando o nosso povo,
> Não queimarão a ancestralidade.

Segundo mestre King, um dos maiores nomes da Dança afro no Brasil, “o corpo negro dançante é um território de memória, espiritualidade e resistência” (*apud* Santos, 2010). Essa é uma afirmação que questiona o apagamento desses corpos negros, propondo sua valorização como uma memória de saberes ancestrais

Assim, a nossa pretensão é tão somente aprofundar a compreensão, discutindo sobre a prática da dança afro como veículo de transformação social dentro das instituições de ensino primário e secundário, através das políticas de ações afirmativas adotado no Brasil como parte essencial das políticas sociais de inclusão –fundamentada na reparação sócio-histórica do segmento social negro.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

A inclusão da dança afro como referência temática nos currículos escolares fortalece as políticas de ações afirmativas, no entanto acreditamos que pode ressignificar a história e as identidades negras. Essa abordagem contribui para ampliar o resgate do conceito de ancestralidade, enfrentando o persistente processo de exclusão que ainda marca a educação brasileira. O combate ao racismo estrutural por exemplo, é uma forma de transformar as relações sociais, exigindo um olhar sensível as diversas opressões que atravessam a sociedade, A Bell Hooks (2003), questiona que para haver essa transformação é necessário que se desconstrua essas estruturas de poder para que estejamos mais alinhados com uma educação crítica e inclusiva. A partir dessa reflexão podemos observar que a transformação social demanda um engajamento coletivo, comprometido com a inclusão da temática afro-brasileira nos currículos escolares, valorizando a identidade negra, fazendo a ruptura com os modelos eurocêntricos que ainda persistem nos modelos escolares. “O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (Brasil, 2003, Art. 26-A, §1º). Mesmo tornando obrigatório a aplicabilidade da Lei, nas instituições de ensino, as

escolas públicas ainda são marcadas por muitas lacunas, onde muitos educadores confessam insegurança no diálogo racial, principalmente por falta de formação adequada.

Para destacar o conceito de ancestralidade, Hampâté Bâ sempre valorizou a oralidade como principal meio de preservação da sabedoria ancestral africana, promovendo uma reconexão com os ancestrais em um ato de afirmação cultural. Nesse sentido, reconhecer a ancestralidade sob a ótica de Hampâté Bâ é compreender que a dança afro vai além de uma técnica de movimentos: ela é um ato político, pedagógico e filosófico.

Não há dúvidas de que a dança afro traz suas vertentes dos terreiros de candomblé, das festas de largo, do samba, capoeira, maracatu, maculelê, coco, entre outras manifestações artísticas brasileiras. Em seus movimentos, ela incorpora expressões que referenciam o continente africano, transformando o corpo em um território vivo, que resiste às imposições coloniais, sendo assim não só contribui na preservação de memória ancestral, como também fortalece o caminho espiritual e corporal do ser humano. Embora, esse corpo tenha sido subjugado e estigmatizado, hoje torna-se na dança, um espaço de resistência e cura. Sob a lógica da supremacia branca, o corpo negro torna-se alvo das projeções do colonizador — medos, desejos e violências recaem sobre ele. A libertação começa quando retomamos a posse e o significado dos nossos próprios corpos.

Embora a dança, de forma geral, não receba a atenção que merece, ainda é possível observar a presença das danças de impacto eurocêntrico, como o balé clássico e outras modalidades, nos espaços culturais e, principalmente, nos grandes teatros. A oralidade dentro de algumas sociedades, como no caso das africanas, não é tão valorizada quanto as ocidentais, infelizmente essa problemática ainda é recorrente nas práticas e ensinamentos. Assim, partimos das seguintes perguntas de partida: como a dança afro pode contribuir na implementação da Lei 10.639/2003 no ensino fundamental e médio? Quais os desafios que as escolas enfrentam na institucionalização de políticas das ações afirmativas na Bahia?

Importa ressaltar que, o olhar eurocêntrico, nunca teve sensibilidade nem preparo para compreender as danças africanas ou de origens dela, denominando-as muitas vezes de lascivas, erotizando e deixando de lado todo significado educativo e espiritual de celebração. O autor Abdias do Nascimento destaca que o corpo negro se tornou campo de projeções e distorções da ideologia colonialista, sendo utilizado como expressão da violência e da subordinação (Nascimento, 1978).

Através do distanciamento da dança, percebe-se o quão reprimido o corpo físico fica notando um silenciamento da sua expressão natural. Essa reflexão se dá no momento que nos desconectamos do sagrado, quando não ressignificamos memórias ancestrais e acumulamos

tensões cotidianas. Como consequência, o corpo padece, manifestando diversas patologias contemporâneas. Nesse sentido, como afirma Mestre King (2007). “a dança é uma forma de trazer a memória africana para o corpo, é o gesto que rompe com o esquecimento”. ou seja, não apenas carrega este corpo físico, como traz de volta a ancestralidade que habita nele.

Pensar na dança afro dentro do componente curricular nas instituições de ensino é estar à frente das ações colonizadoras e produzir arte com objetivo de formar corpos orientados, que produzam para coletividade, se desvinculando dessa lógica da racionalidade para uma prática mais humana, que reconhece no corpo e na arte, caminhos que educam e libertam. Nesse sentido, Mbembe argumenta, que a linguagem, não é apenas o lugar das formas, mas sim o próprio sistema da vida (Mbembe, 2018). Sendo assim, reconhecemos a dança afro não apenas em sua posição estética, mas também como uma linguagem que se expressa e se comunica por meio da oralidade.

Levar a comunicação através dos movimentos da dança é uma estratégia de quem reconhece as encruzilhadas como o caminho seguro para dar saltos maiores, onde cada giro se torna rota para conexão com o sagrado, sendo assim não podemos deixar de reconhecer a sua importância na ressignificação de corpos conscientes. Muniz Sodré recorda, que o corpo negro quando dança, reconstrói-se como linguagem própria, resistindo ao aprisionamento da razão colonial (Sodré, 2009). Visto isso, rompemos com essa lógica cartesiana que separa o corpo da mente, dialogando numa perspectiva antirracista que entende outras formas de estar no mundo.

Percebemos alguns desafios enfrentados pelas redes escolares, como a ausência de formação adequada dos professores, a escassez de recursos didáticos, e da visão reducionista que se associa à dança afro, relembrando apenas em datas comemorativas, como o folclore ou dia da consciência negra. Esse tipo de abordagem limitada contribui significativamente para a fragilidade das ações realizadas nas escolas. Contudo, esta pesquisa mostra a necessidade prática de desenvolver ferramentas e estratégias que integrem a dança afro no ambiente escolar, apoiando gestores e professores de arte e educação física, com o objetivo de oferecer propostas firmes e aplicáveis no dia dia, promovendo o diálogo com a ancestralidade, especialmente em contextos com grande presença de estudantes negros, promovendo uma reconfiguração epistemológica.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar de que forma a dança afro pode ser inserida no currículo escolar a partir da Lei 10.639/03, como prática pedagógica no fortalecimento da identidade negra no combate ao racismo estrutural.

3.2 ESPECÍFICOS

Identificar práticas pedagógicas que utilizem a dança afro como instrumento de resistência e valorização cultural.

Refletir sobre os desafios e possibilidades da implementação de propostas antirracistas por meio da dança afro nas escolas públicas.

Propor uma didática a partir de materiais antirracistas aliado às danças tradicionais, nomeadamente afro-brasileiras-brasileiras.

4 HIPÓTESE

Partimos do pressuposto de que, a dança afro pode ser encarada como instrumento cultural pedagógico de afirmação assim como um dos meios de exaltação identitária, mas, não integra os currículos escolares como estratégias da implementação da Lei 10.639/2003. Porém, há entre especialistas uma certa concordância de que, por intermédio do corpo em dança, que fluem maiores reflexos cognitivos integrando outros processos mentais-conteudísticos ou escolares no intuito de expressar, demonstrar o sentimento afetivo além da afirmação da pertença étnico cultural.

5 JUSTIFICATIVA

O presente projeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de resgatar e transmitir para os alunos/as memórias trazidas durante a diasporização de milhares de africanas, reconhecendo e valorizando a dança afro como um movimento de preservação de saberes, dialogando com a

Lei 10.639/03, que demanda a obrigatoriedade da história e cultura africana, inclusão dos saberes afrobrasileiros além da construção de uma educação antirracista.

De acordo com a cosmovisão africana, a ancestralidade é simbolizada pelo chão, é de onde extraímos o nosso alimento, onde está enterrado nossos antepassados, além de nos conectar com a força da terra. O chão é um elemento simbólico de grande relevância na dança afro, frequentemente associado à ancestralidade e à conexão com as raízes. O uso dos pés descalços e os movimentos curvados no plano sagital representam gestos de reverência àqueles que vieram antes de nós. Esses movimentos corporais contam histórias por meio de suas posturas — como o agachamento dos griôs durante seus contos, os gestos das lavadeiras de ganho, as ações de cortar cana nas lavouras ou o pedido de bênção aos mais velhos. Portanto, se torna relevante trazer esse potencial ancestral para o ambiente escolar e acadêmico contemporâneo uma vez que permite compreender a dança como uma memória viva, que carrega saberes, experiências e resistências ao longo do tempo e que ainda nos dias atuais serve de inspirações identitárias.

Quando ocorre o distanciamento da consciência corporal, observa-se um corpo reprimido e silenciado em relação às suas próprias demandas. Visto isso, a dança vai se apresentar com meio de reconexão, possibilitando que o corpo se alongue, se posicione e seja capaz de reagir às imposições desse sistema opressor. No embalo da dança que eliminamos traumas e complexos, deixando assim o corpo assumir o protagonismo da sua real natureza.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e dos povos originários, não devem ser compreendidas como meras iniciativas de entretenimento ou manifestações folclóricas. No entanto, observa-se, infelizmente, um processo de descaracterização dessas identidades, frequentemente reduzidas a estereótipos. Essa distorção tende a servir a uma lógica mercadológica e economicista, que esvazia o conteúdo histórico e cultural das contribuições negras e indígenas, comprometendo a valorização legítima de seu papel fundamental na formação da sociedade brasileira. No caso da dança afro, essa demanda é mais evidente, pois muitas vezes ela é apresentada de forma rasa, limitada a shows folclóricos, reforçando essa visão hegemônica. É preciso, portanto, reconhecer o gesto político e sagrado que suas raízes representam, levando esse potencial para o ambiente educativo e social.

Sabemos que, no contexto histórico da relação entre o Brasil e o continente africano, há uma marca profunda deixada pela violência da escravidão durante o período colonial. Como resultado, a sociedade brasileira carrega traços significativos da cultura africana, presentes na religião, na identidade e na filosofia de vida do povo. No entanto, ao longo da história, grande

parte da elite tentou apagar ou minimizar essas influências, sustentando-se na ideologia do branqueamento, que buscava valorizar padrões europeus em detrimento das raízes afro-brasileiras. É nesse cenário que a inclusão da dança afro surge como uma movimentação poderosa no resgate das memórias silenciadas, fortalecendo a identidade dos afro-brasileiros. Como afirma a Kilomba "Essa é uma metáfora que ilustra a luta das pessoas colonizadas para acessar a representação dentro de regimes *brancos* dominantes" (Kilomba, 2019, p. 69).

A dança afro se apresenta por profundas mensagens filosóficas, caracterizada por diversos povos do continente africano, com coreografias que são enriquecidas por valores íntegros, revelando uma corporeidade que transmite força, resistência e pertencimento. A filosofia Bantu, por exemplo, está muito presente em manifestações como as congadas, o samba e o maracatu. A dança em relação a religiosidade é muito influente e indispensável pois ela é a ligação entre o *orum* e o *aiyé* (mundo espiritual e o mundo físico) ou (céu e terra). Sem a dança, não há transe — e sem o transe, não há manifestação dos *orixás, inquices* e *voduns.* A dança não é apenas parte do rito: ela é o próprio caminho para o sagrado. No mais, é necessário estar atento às narrativas africanas pensando na filosofia de Sankofa, que é simbolizada por um pássaro que se movimenta para frente com o pescoço voltado para trás. Essa ideia, nos convida a rememorar nosso passado, para que possamos construir o presente e projetar o futuro.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

O interesse por este tema surgiu durante o período acadêmico, a partir de experiências vivenciadas com a arte educação, especificamente com a dança afro-brasileira na Escola de Dança da FUNCEB. Esse espaço foi o grande palco de formação no qual eu pude galgar fundamentos essenciais na minha jornada artística e acadêmica. A partir de então, a Dança Afro veio me oferecer respostas e outras perguntas para minhas inquietações, fortalecendo minha compreensão sobre África, sua diáspora e sobretudo, o meu lugar no mundo.

Vou me basear em Mercedes Baptista, por ser a primeira bailarina negra , precursora da dança afro no Brasil, Mestre King como primeiro bailarino e coreografo negro baiano, Grada Kilomba, no trabalho antirracista na educação, entre outros autores , como referência nesta pesquisa, trazendo a ressignificação da educação sobre o continente africano e da prática da dança afro, que deve estar presente nesse âmbito, para que possamos romper com as narrativas hegemônicas, ampliando uma nova forma de conhecimento.

No âmbito educacional a Lei 10.639/03, surge para dialogar com a história de África e da cultura afro-brasileira, para que seja reconhecida como terreno da identidade nacional. Segundo Kabengele Munanga (2005), as ações afirmativas não devem ser vistas como privilégios, mas como mecanismos de justiça social que corrigem assimetrias históricas. É necessário reforçar o diálogo intercultural, para que culturas que foram marginalizadas, possam ganhar visibilidade. Portanto a Dança Afro em instituições de ensino deve ser entendida como uma prática pedagógica que incentiva a autoestima da população negra, desafiando a ideia eurocêntrica imposta que domina a produção de saber, promovendo equidade e combatendo a exclusão.

Pensar num trabalho com uma perspectiva mais afro-centralizada, faz com que possamos refletir em torno da cultura afro-brasileira e suas produções culturais, em especial na dança afro, que se reafirma como um movimento de memória africana na sociedade brasileira, promovendo inclusão por meio da arte educação. Como afirma Mercedes Baptista (*apud* Nascimento, 2009), a dança afro é uma forma de "revelar no corpo a história de um povo", carregando significados que ultrapassam a dimensão estética. A afrocentricidade, sugestão de Molefi K. Asante na década de 1980, nasce como resposta a supremacia branca e à manipulação da história da identidade africana, revelando a necessidade dos africanos e seus descendentes, atuarem como centro de sua própria história e cultura. Para Asante, é importante que os parâmetros de identidade e valorização, partam da própria experiência africana e não de modelos que não convém com a realidade de África. Portanto é imprescindível compreender a hierarquização colonial que impôs epistemologias eurocêntricas subalternizando saberes e modos africanos. Nesse sentido, Asante afirma que "o afro centrista não vai questionar a ideia da centralidade dos ideais e valores africanos, mas discutirá sobre o que os constituí" (Asante, 1990 *apud* Mazama, 2009, p. 117).

Partindo dessa perspectiva afro centrada, não deixamos o racismo se manifestar contra nossa existência. Ao contrário, reafirmamos nossos corpos e saberes, como potência viva, de uma história que insiste em resistir mesmo diante de estruturas que operam a favor da invisibilidade histórica. A dança afro é uma experiência multissensorial que conecta o corpo e a mente, nos aproximando da espiritualidade ancestral, fazendo do corpo nesse contexto, um mediador simbólico entre o plano espiritual e material, utilizando muitas vezes o transe como forma legítima para afirmar essa comunicação. Mestre King (1998) destaca que a dança afro é uma pedagogia de libertação, pois permite compreender o corpo como território de identidade e espiritualidade. Sendo assim, entendemos a arte dançante como um elo de conexão com o

sagrado africano além de libertar o corpo das opressões históricas - como racismo, escravidão, visão ocidentalizada, etc.

Discutir a educação dentro do contexto da dança, pode significar importante caminho para o desenvolvimento futuro do sujeito social, uma vez que a dança possui um grande poder de integração. Nos espaços de inserção, como o ambiente escolar, o indivíduo tem a oportunidade de se expressar além de interagir com o outro, aumentando o contato de experiências sociais favorecendo a desconstrução de visões preconceituosas, contribuindo para o enfrentamento de conflitos raciais presentes no cotidiano. Nesse sentido, a dança pode atuar como instrumento de valorização da diversidade étnico-racial, promovendo a reflexão crítica sobre o racismo estrutural. Assim, torna-se notório a importância da presença das políticas de ações afirmativas no contexto educacional, como forma de garantir representatividade e inclusão nas práticas pedagógicas.

Ao executar a dança afro como prática política e pedagógica, é importante entendê-la como um veículo de ressignificação do saber a partir de outras epistemologias. De acordo com Grada Kilomba (2019), os corpos negros, são frequentemente silenciados dentro das instituições, sendo reduzidos a estereótipos e invisibilizados em suas formas legitimas de expressão. Para a autora, romper com essa lógica, exige colocar vozes negras no centro dos discursos, criando espaço de fala e escuta. Exponho então, que a dança dentro dos espaços educacionais pode ser um movimento contra hegemônico ao valorizar as corporeidades negras.

É fundamental reconhecer que a inserção das expressões afro no ambiente escolar cria uma estratégia educativa potente, capaz de conectar corpo, memória e cultura de forma unificada. Sob a perspectiva de uma educação antirracista, essa abordagem transforma a escola em um território de resistência e afirmação identitária. Nesse contexto, os ensinamentos de Mercedes Baptista — que, já na década de 1940, percebeu no balé folclórico, um caminho de expressar a identidade negra brasileira por meio da dança — servem como inspiração e referência para essa proposta. Além disso, a legislação brasileira, especialmente a Lei 10.639/03, oferece respaldo para legitimar essa prática.

7 METODOLOGIA

A presente proposta de pesquisa se apresenta elegendo uma abordagem qualitativa, uma vez que busca entender práticas, sentidos e experiências relacionadas a Dança Afro em contextos sociais e educativos, se preocupando assim com a situação social dos indivíduos.

Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa, permite entender fenômenos sociais a partir da vivência, da subjetividade e da interação entre os participantes. O processo metodológico principal será a pesquisa bibliográfica e documental, baseada em autores que abordam cultura afro-brasileira, dança, educação, transformação social e ancestralidade como Kabele Munanga -- Grada Kilomba --- Mercedes Baptista --- Mestre King --- Asanti ---dentre outros. Essa etapa visa desenhar as referências teóricas que nutrem o diálogo sobre dança afro como instrumento pedagógico.

A análise dos métodos coletados será feita por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), onde será organizada em conceitos que dialoguem com os objetivos da pesquisa, como corporeidade; educação antirracista; transmutação social através da arte e emancipação. O modelo da pesquisa será descritivo e exploratório visando investigar a dança afro na inclusão das políticas de ações afirmativas no contexto educacional e como um transformador social. A opção por esta abordagem se justifica a necessidade de valorizar a experiência dos sujeitos envolvidos e para isso, serão adotados alguns métodos, tais como: *entrevista* com educadores e educandos ou participantes de oficinas, buscando entender a prática educativa da dança afro. Pesquisa *documenta*l, buscando entender materiais de referência de nomes importantes da dança afro como: Mestre King, Mercedes Baptista, Nadir Nóbrega, voltados a valorização da cultura afro-brasileira. E, conclui-se com levantamento *bibliográfico*, buscando em livros, artigos e pesquisas, discussões sobre a dança afro dentro da Lei 10639/03, envolvendo o papel antirracista nas artes.

Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Para essa autora, a técnica utilizada ajuda a interpretar e sistematizar dados qualitativos, como entrevistas, discursos, textos e documentos, manifestando os sentidos das informações coletadas. Sendo assim, esse trabalho busca identificar temas que contribuam ou pode contribuir para a compreensão de como as pessoas vivenciam e percebem a experiência com a dança afro. Além disso visa colaborar com a valorização da cultura afro-brasileira e dos saberes de matriz africana, fortalecendo a construção de um currículo antirracista e refletindo sobre o papel da dança como instrumento de transformação social.

Dentro do contexto da população e da amostra, o campo de estudo será na escola de 1º grau Cosme de Farias, localizada no bairro Cosme de Farias, em Salvador/BA. A comunidade escolar que é situada em um bairro periférico, que atende majoritariamente alunos e alunas das séries iniciais, e que apresenta histórico demográfico que justifica a importância da abordagem afro-brasileira e antirracista. A amostra será composta por: (a) professores e professoras que irão participar ou já participam de oficinas de dança afro ou têm interesse na

temática; (b) alunas e alunos das séries iniciais que participarão da oficina de dança afro; (c) possivelmente gestores e responsáveis pedagógicos que trabalham com a implementação curricular. A escolha dos participantes será feita de forma intencional, ou seja, serão convidadas as pessoas que tiverem ligação com o tema da pesquisa e que aceitarem participar de forma voluntária, com todos os cuidados éticos garantidos. Para garantir uma condução organizada da pesquisa, será seguido um cronograma com duração estimada de sete meses, dividido em etapas específicas.

8 CRONOGRAMA

CRONOGRAMA								
ETAPAS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Revisão de literatura	X	X	X					
Pesquisa Bibliográfica				X	X			
Sistematização do material de pesquisa						X		
Análise das informações								
Revisão do TCC							X	
Defesa do TCC								X

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Mercedes. *Mercedes Baptista: a criação da identidade negra da dança*. Organização de Paulo Melgaço. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.* Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 140, n. 7, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 19 out. 2025.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KING, Mestre. *A dança afro-brasileira: uma proposta metodológica*. Salvador: UFBA, 1998.

KING, Raimundo. *Mestre King: memória da dança afro-brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 49-70.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. *O corpo negro: a libertação do homem negro*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

TENTANDO definir a estética negra em dança. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322524024_Tentando_definir_a_estetica_negra_em_danca. Acesso em: 28 set. 2025.